



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

TERMO DE REFERÊNCIA

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente chamamento público, o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas na especialidade de Psicóloga Clínica, para atender a demanda da Casa de Acolhida, visando a consulta clínica por profissional Psicólogo para as crianças e adolescentes da instituição. O valor é oriundo de pesquisa no Licitacon, através de media de preços.

1.2. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade Medida	de	Descrição / Especificação	Valor unitário de referência	Valor Total
1	32/ mês	Prestação serviço	de	Consulta de psicologia clínica	R\$ 79,42	R\$ 30.497,28

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e ciência do (a) CREDENCIADO (A), por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo e consensual, prorrogável na forma dos artigos 105, 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

(x) credenciamento (art. 6º, inciso XLIII Lei n.º 14.133/2021)

**CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o acolhimento institucional é medida excepcional, visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente, bem como, a instituição de acolhimento encontra-se com alto número de acolhidos, onde, em muitos casos necessitam de atendimento urgente, devido a natureza do direito violado, no qual não é possível aguardar o tempo necessário para a consulta, pelos trâmites normais, o presente credenciamento tem por finalidade suprir a demanda de atendimento com consultas psicológicas para as crianças e adolescentes da casa de acolhida.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação de profissionais psicólogas para atender a demanda apresentada, a partir do credenciamento de profissionais, através de chamamento público, conforme as condições estabelecidas neste edital, e demais legislações vigentes. Os valores a serem contratados serão os estabelecidos através de média de preço do Licitacon.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de chamamento público, por credenciamento de profissionais interessados em prestar os serviços. O edital de chamamento público será divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.1 As pessoas jurídicas deverão apresentar para credenciamento os seguintes documentos:

- a)** Prova de inscrição, registro ou cópia da Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho Regional de sua especialidade, do(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa, acompanhada de cópia da sua Carteira Profissional ou outro meio que comprove a vinculação do profissional com a empresa licitante.
- b)** Cópia do Diploma de Graduação, frente e verso autenticado por tabelião ou por servidor municipal encarregado.

6.1.2 As pessoas físicas deverão apresentar para credenciamento os seguintes documentos:

- a)** Carteira de Identidade.
- b)** Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- c)** Comprovação de inscrição no Registro na entidade Profissional de Classe, por meio da cópia da Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo Conselho Regional da sua categoria.
- d)** Cópia do Diploma de Graduação, frente e verso autenticado por tabelião ou por servidor municipal encarregado.

6.2 Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por servidor municipal encarregado, mediante a apresentação dos originais.

6.3 É vedado o credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, conforme art. 14, inciso IV, 14.133/2021.

6.4 É vedado a cobrança diretamente do paciente atendido de quaisquer valores.

6.5 Os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município.

6.6 A habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômica serão as definidas pela Lei 14.133/21.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 As consultas em psicologia clínica deverão ser prestadas por profissional psicólogo devidamente regulamentado pelo Conselho de Psicologia e deverão ser realizadas em espaço compatível para a referida demanda, devendo ocorrer de forma presencial, no Município de São Borja, durante horário de funcionamento do local, das 8h às 12h, e das 13h às 17h., em sala individual e adequada ao atendimento psicológico, sendo as sessões de no mínimo 40 (quarenta) minutos.

7.2 Os atendimentos acontecerão mediante prévio agendamento realizado com servidor designado ou pela coordenadora da Casa de Acolhida.

7.3 O tratamento terapêutico em psicologia será exclusivamente para crianças e adolescentes da Casa de Acolhida.

7.4 O controle dos atendimentos será feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a qual determinará os serviços de acordo com os recursos disponíveis.

7.5 O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente a prestação dos serviços pelo(a) credenciado(a), podendo proceder o descredenciamento, em casos de negligência, imperícia, imprudência e descumprimento contratual, observado o devido processo legal.

7.6 O CREDENCIADO poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

7.7 A consulta com psicólogo clínico será realizado em espaço próprio do profissional credenciado.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

Prazo de início dos serviços deverá ser de até 5 (cinco) dias após a assinatura do credenciamento e organização da agenda.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

A consulta será realizado em espaço próprio do profissional conforme agenda e horário a ser combinado entre profissional psicólogo e coordenador da Casa de Acolhida ou outro profissional da equipe técnica da instituição.

9. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1. São obrigações da Credenciante:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no processo de Chamamento Público;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) comunicar ao Credenciado, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado, através de comissão/servidor especialmente designado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- e)** efetuar o pagamento ao credenciado no valor correspondente ao contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g)** Cumprir os horários designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social dos atendimentos, de acordo com o cronograma de agendamento nos horários das 8h às 12h e da 13h às 17h.
- h)** O Credenciante reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação do credenciado acolhê-las.

10. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

10.1. O credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

11.1 Não será exigido garantia.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Flávia Roberta Vezzosi Bianchi, Assistente Social, casaacolhida@saoborja.rs.gov.br, contato: (55) 3431-4035/ ramal 1741 e seu substituto será Vinicius Vargas Mendonça, Monitor, admsmds@saoborja.rs.gov.br, contato: (55) 3431-4035.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

13. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

13.1 O credenciado deverá apresentar na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, até o dia 5 de cada mês, a planilha de atendimentos prestados no mês anterior, discriminados com nome do usuário, data e tempo do atendimento realizado.

13.2 O pagamento será feito por produção, conforme atendimentos realizados.

13.3 O pagamento será feito mensalmente, mediante empenho e solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, após a entrega e conferência da produção mensal de cada profissional, por profissional fiscal.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa:

a) multa de 5% sobre o valor constante na tabela de valores, nos casos de descumprimento dos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 3 (três) anos.

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2. O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

14.3. No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

14.4. Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.

15.2 O profissional psicólogo deverá encaminhar ao fiscal do contrato relatório descrevendo a data do atendimento, tempo de duração e criança ou adolescente atendido juntamente com a respectiva nota fiscal ou documento equivalente para que seja efetuado o pagamento.

15.2 Passado 12 (doze) meses, os valores poderão ter reajuste, de acordo com o IPCA.

**CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16.1 A contratação será realizada por meio de chamamento público, por credenciamento de profissionais interessados em prestar os serviços de consulta psicológica clínica. O edital de chamamento público será divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Será selecionado o interessado que atender aos requisitos e documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência.

16.3 O presente credenciamento trata-se de hipótese do Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

16.4 O agendamento das consultas se dará através de triagem realizada pela equipe técnica da Casa de Acolhida. Da mesma forma, a ordem de agendamento da demanda se dará a partir da solicitação, um para cada profissional credenciado para o referido objeto, a iniciar pelo primeiro credenciado e assim por diante, até o fechamento da cota do mês total.

17. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

17.1 A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo itens que serão credenciados, e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto.
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

17.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Diploma de Graduação na área de psicologia, expedido por instituição de ensino superior e reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), bem como comprovante de inscrição no respectivo Conselho de Classe.

17.2. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições previstas no Decreto Municipal nº 19.357/2022, alterado pelo Decreto nº 20.605/2024, aplicáveis ao procedimento e também o no que dispõe no Código de Ética do Profissional Psicólogo e demais normativas emitidas pelo respectivo Conselho.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário de referência	Valor Total
1	32/mês	UND	Consulta de psicologia clínica	R\$ 79,42	R\$ 30.497,28

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Vinicius Vargas Mendonça
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
22/04/2025, 14h

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

19.2. Dotação Orçamentária

Órgão: 8 - SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: 162 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Projeto/Atividade: 2287 - BLOC PROT SOC ESPEC MÉDIA E ALTA COMPLEX
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Recurso: 1500 - 0001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Reduzido: 44189

Ou ainda,

Órgão: 8 - SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 162 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Projeto/Atividade: 2287 - BLOC PROT SOC ESPEC MÉDIA E ALTA COMPLEX
Elemento: 3.3.3.9.0.36.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
Recurso: 1500 - 0001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Reduzido: 44187

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Os casos omissos serão resolvidos pelo secretário da pasta, juntamente com o fiscal designado.

São Borja/RS, 23 de Abril de 2025.

VINICIUS VARGAS MENDONÇA
Monitor/ Mat. 1531

JEFFERSON OLEA HOMRICH
Vice-Prefeito de São Borja
Secretário SMDS

() Defiro

() Indefiro

**José Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja/RS**